

**Educação inclusiva e
história oral: narrativas
de professores sobre a
deficiência na infância**

Inclusive education and oral
history: narratives of parents
and teachers about children
with disabilities

La educación inclusiva y la
historia oral: relatos de padres
y maestros sobre los niños con
deficiencia

**Suzana Lopes Salgado Ribeiro¹
Gisele Karina Leal^{2, 3}**

RESUMO

Este artigo apresentará uma discussão sobre a educação inclusiva e noções de deficiência. As reflexões são resultado de um estudo que produziu quatro narrativas (registradas por meio da história oral) em que se revelaram concepções sobre a deficiência elaboradas por professores que convivem com crianças com deficiência. Os objetivos do texto são, portanto, apresentar um repertório teórico que dá base para as leituras feitas das entrevistas; refletir sobre como se produziu os registros por meio da história oral; e apontar reflexões iniciais sobre o que aparece em comum nessas narrativas dos professores. A análise inicial que apresentamos aqui se norteia pelas contribuições da linha de estudos teóricos chamados *disability studies* e pela leitura das narrativas. Tal diálogo permitiu compreender como se dá a construção de sentidos e de significados relacionados à criança com deficiência para esses sujeitos.

¹ Doutora em História Social pela USP. Professora do Mestrado em Desenvolvimento Humano / Universidade de Taubaté (UNITAU). Pesquisadora de grupos de pesquisa como NEHO-USP, GENN-USP, CESIMA-PUC/SP e Educação: formação profissional, diversidade e metodologias-UNITAU. E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br.

² Psicanalista e Mestranda em Desenvolvimento Humano/UNITAU. Professora no curso de Psicopedagogia no Centro Salesiano, Lorena. E-mail: gis.karina@yahoo.com.br.

³ Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade de Taubaté. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano. Rua Visconde do Rio Branco 210 – Centro – CEP: 12020-040, Taubaté, São Paulo, Brasil.

O estudo preocupa-se com tais concepções, pois acredita que podem influenciar nos contextos de formação, no seu desenvolvimento humano e processos identitários.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; história oral; narrativa; deficiência, identidade.

ABSTRACT

This paper will present a discussion on inclusive education and disability. The reflections are the result of a study that produced four narratives (recorded through Oral History) that proved concepts on disability prepared by teachers and parents living with children with disabilities. The text's objectives are therefore present a theoretical repertoire that gives basis for the readings of the interviews; reflect on how to produce the records through oral history; and point out initial reflections on what appears in common in these narratives of parents and teachers. The initial analysis presented here was guide by the theoretical line contributions call by *disability studies* and by the narratives reading. Such dialogue allows us to understand how is the construction of senses and meanings related to the child with disabilities for these subjects. The study is concerned with such concepts, as it believes that they can influence the formation of contexts in its human development and identity processes.

KEYWORDS: Inclusive education; oral history; narrative, disability; identity.

RESUMEN

En este artículo se presentará una discusión sobre educación inclusiva y las nociones de deficiencia. Las reflexiones son el resultado de un estudio que produjo cuatro narrativas (grabado a través de la historia oral) que resultó conceptos sobre deficiencia preparados por los profesores y los padres que viven con los niños con deficiencia. Los objetivos del texto, por tanto, se presentará un repertorio teórico que da base para las lecturas de las entrevistas; reflexionar sobre cómo producir los registros a través de la historia oral; y señalar reflexiones iniciales sobre lo que aparece en común en estos relatos de padres y maestros. El primer análisis que aquí se presenta se basa en los aportes de la línea de los estudios teóricos y llamada la *disability studies* mediante la lectura de los relatos. Este diálogo nos permite entender cómo es la construcción de sentidos y significados relacionados con el niño con deficiencia para estos temas. El estudio se ocupa de tales conceptos, ya que cree que pueden influir en la formación de los contextos en sus procesos de desarrollo y la identidad humana.

PALABRAS CLAVE: Educación inclusiva; historia oral; narración; deficiencia, identidad.

Recebido em: 10.02.2016. Aceito em: 21.03.2016. Publicado em: 30.04.2016.

Introdução

A inclusão escolar da pessoa com deficiência tem sido um tema de grande relevância e vem ganhando força cada vez maior em debates e discussões desde que se estabeleceu a educação inclusiva como um direito no Brasil. As pessoas com deficiência passaram a ter asseguradas suas matrículas na escola regular. Assim, ampliaram-se ainda mais as discussões sobre esse novo paradigma que pode configurar mudança de cenário educacional.

São temas que têm desafiado a própria configuração de nossa cultura republicana, especialmente no âmbito das lutas pela consolidação da escola pública, processo que foi acentuado nas últimas décadas do século XX, se levarmos em consideração conquistas da sociedade civil incorporadas a Constituição Federal de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN n. 9.394/1996. (FREITAS, 2013, p. 14)

O Censo Escolar de 2006 (MEC/Inep) registrou que o acesso à educação inclusiva no Brasil cresceu passando dos 24,7% em 2002, 46,4% em 2006 já em 2014, 79% em turmas comuns e distribuiu as deficiências conforme categorias: cegueira, baixa visão, deficiência auditiva, surdez, surda-cegueira, deficiência intelectual, deficiência física, altas habilidades/superdotação, condutas típicas, autismo e síndrome de Down.

A proposta desse artigo é, portanto, promover uma reflexão por meio da leitura de narrativas e conhecer os discursos e os modos de olhar sobre o que se denomina deficiência, dentro da perspectiva de modelo social. Ou seja, compreendendo a deficiência também como produção social e relacional. O modelo social pressupõe uma abertura para ressignificação ampla da cultura da normalidade para a garantia da equidade entre pessoas com ou sem deficiência. A compreensão da deficiência, segundo o modelo social, se contrapõe a lógica biomédica de redução

da desvantagem ao impedimento corporal (DINIZ, 2012; BARNES; BARTON; OLIVER, 2002; BARTON, 1998).

A partir desse lugar de “escuta”, de ouvir as narrativas dos professores a respeito das crianças com deficiência incluídas na educação básica, pareceu-nos relevante aprofundar os conhecimentos sobre quais concepções e sentidos há por trás de discursos sobre a pessoa com deficiência. Assim, propusemos o registro de entrevistas de história oral com professores que lecionam para alunos com deficiência em classes regulares de ensino, pois acreditamos que este processo de registro respeita os tempos de fala e escuta e promove alternativas para a compreensão de diferentes pontos de vista sobre o tema proposto para este estudo. Desta maneira, ao realizar este trabalho pudemos compartilhar informações sobre experiências de inclusão e, conhecer o que suas narrativas permitem compreender e sobre como algumas concepções podem repercutir na formação identitária dessas crianças.

Em outra perspectiva teórica propomos um diálogo com a produção de Hall (1988) na qual se aponta para uma construção da identidade que é social e simbólica. Pode-se inclusive, sugerir que esses sistemas simbólicos, constituem aquilo que somos e de que forma nos orienta na formação do outro. Assim, soma-se a perspectiva do modelo social para compreender a deficiência, a da construção social para compreender a formação da identidade e a história oral para promover a construção documental com base em diferentes narrativas.

Entendemos que os modos de olhar para a infância e deficiência que serão evidenciados pelas entrevistas de história oral, tornaram-se também uma forma de apropriação e de legitimação social do que representa a deficiência no aspecto do desenvolvimento humano. Segundo Smolka (2012), o termo apropriação refere-se a modos de tornar próprios, de tornar seus; também, tornar adequados, pertinentes, os valores e normas socialmente estabelecidos.

Considerando os diversos contextos históricos sociais compreendemos que o conceito deficiência assumiu diferentes sentidos e significados. Sendo assim, por meio da metodologia de entrevista em história oral, foi possível identificar concepções de deficiência, e analisar como tais concepções se relacionam – permanecem ou rompem – com as concepções assumidas historicamente por nossa sociedade. E para, além disso, como ecoam ou não nos âmbitos da escola e contexto familiar, compondo visões sobre a identidade da criança – com deficiência.

Considerando a escola como um dos contextos formativos na infância, buscamos conhecer por meio da narrativa de seus professores quais são suas concepções sobre deficiência, e diante de seus modos de pensar a criança denominada deficiente.

O modo como pensamos ou idealizamos as crianças define a maneira como agimos em relação a elas e, conseqüentemente, a infância vivida por elas. (LIMA, RIBEIRO e VALIENGO, 2012),

O presente estudo ganha relevância na medida em que para a compreensão do sentido do que é socialmente atribuído à deficiência em decorrência de todo um processo histórico, torna-se necessário desvendar como a criança com deficiência é compreendida na experiência inclusiva escolar por seus professores. Nessa medida, importa compreender qual é essa concepção que se pode desvelar. E para, além disso, responder até que medida o sentido atribuído por essas pessoas sobre a deficiência interfere ou não na forma como atuamos no processo de formação das crianças.

Deficiência como construção social

No cenário institucionalizado, a escola, ao se deparar com um corpo na falta de visão ou da fala, audição, ou com ausência de algum membro, com dificuldade de

mobilidade, seus impedimentos são evidenciados quando comparados aos outros chamados de “normais”.

O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação do que seria o corpo sem deficiência. (DINIZ, 2012, p.8)

Partindo-se para o conceito de estigma proposto por Erving Goffman (1988), os corpos são espaços demarcados por sinais que antecipam papéis a serem exercidos pelos indivíduos.

Como nos referimos na introdução deste artigo, há um campo de estudos sobre deficiência que propõem um Modelo Social da deficiência, chamado *disability studies* (BARNES; BARTON; OLIVER, 2002; BARTON, 1998). Esta perspectiva teórica ainda é pouco difundida no Brasil - conforme consulta realizada em publicações na área. Entretanto sua presença mesmo que não tão expressiva indica novo caminho e apresenta uma perspectiva interpretativa que conduz para além dos parâmetros biomédicos.

A proposta de modelo social da deficiência surgiu na Inglaterra, no fim dos anos 1960, partindo do pressuposto que as pessoas com deficiência são discriminadas e excluídas da participação da sociedade contemporânea, sendo os resultados das barreiras sociais, atitudinais, institucionais, para além dos seus limites corporais.

Para o modelo social da deficiência, o “defeito” numa estrutura do corpo (ou a ausência parcial ou total de um membro ou órgão) é a “lesão” – uma característica como o sexo ou a cor da pele. Já a deficiência é considerada uma categoria social tal como gênero, classe e etnia, portanto, sujeita a mecanismos de exclusão. A deficiência é a desvantagem resultante do preconceito, da discriminação, da falta de acessibilidade da sociedade. De acordo com esse conceito, a desvantagem vivida pelo indivíduo depende muito mais das condições do ambiente social do que dos “defeitos” que o corpo da pessoa possa apresentar. (GADELHA, CRESPO e RIBEIRO, 2011, p.35-36)

Nesse modelo, a deficiência não é considerada uma tragédia individual, um castigo, ou resultado de algum pecado; não é uma enfermidade que requer tratamento; não deve ser objeto de caridade ou de vitimização.

Para o modelo médico, a deficiência é um “problema” do indivíduo. O atendimento dos profissionais da área de reabilitação tem por objetivo obter a cura ou a adaptação, da maneira mais “normal” possível, da pessoa ao ambiente. Ou seja, pelo modelo médico, cabe à pessoa a tarefa de tornar-se apta a participar da sociedade tal qual existe. (GADELHA, CRESPO e RIBEIRO, 2011, p. 35)

Em outras palavras, a deficiência deixa de ser compreendida como a ausência a partir de um campo estritamente biomédico confirmado pelos pareceres médicos, psicológicos e de reabilitação, que associam a deficiência a uma condição médica ou a uma tragédia pessoal, e passa a ser também um campo das humanidades. (DINIZ, 2012) Portanto, é uma questão de convivência com a diversidade, cujos movimentos sociais e políticos lutam pela conquista de direitos humanos (BARTON, 2002).

Entretanto, passadas cinco décadas, alguns estudos como o de FREITAS (2013), ainda apontam que a criança que vive a experiência a inclusão muitas vezes é vista e se vê como anormal, ou seja, como se nela faltasse algo que precisa ser completado.

No Brasil, um dos momentos mais importantes para o movimento das pessoas com deficiência foi à criação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela ONU, em 1981, que desencadeou uma mobilização bastante significativa da sociedade civil brasileira por meio das associações, fundações e demais entidades representativas desse grupo social.

Em função da preparação para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e para a década mundialmente dedicada às pessoas com deficiência, sob a proteção da Carta para a Década de Oitenta, da *Reabilitação Internacional*, muitos grupos se uniram e passaram a atuar juntos. (GADELHA, CRESPO e RIBEIRO, 2011, p.25)

A partir disso, houve uma organização mais efetiva dessas pessoas com deficiência em suas diferentes áreas, por meio de eventos e lutas que culminaram na conquista de garantias constitucionais importantes, uma vez que puderam alcançar o momento de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Uma destas conquistas foi à criação, em 1989, da CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e, posteriormente, em 1999, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), órgãos fundamentais para consolidar leis e políticas públicas que hoje fazem avançar a cidadania e a emancipação das pessoas com deficiência no país (LANNA, 2010).

O modelo social dentro da perspectiva da inclusão escolar, acessibilidade, políticas públicas, a formação dos professores, tornam-se aspectos fundamentais a considerarmos os propósitos desse projeto de pesquisa e justifica a escolha da história oral como forma de registro e documentação. Isso, porque ao compartilhar dos pressupostos teóricos de que a deficiência é uma construção social, precisamos nos debruçar sobre como esta construção acontece cotidianamente. Entendemos que a escola é um ambiente importante do cotidiano de socialização da criança. No caso da escola inclusiva, atualmente, estudos apontam sua ambiguidade, pois ao mesmo tempo que se quer incluir, muitas vezes limites – técnicos, teóricos e culturais – fazem com que isso não ocorra de forma efetiva. Com essa preocupação em mente, este trabalho registrou a narrativa de professores, sobre seu dia a dia de trabalho, para compreender quais concepções apontam possibilidades e quais apontam limites para a efetiva inclusão de crianças com deficiência no cotidiano escolar.

História oral e a prática de registro de entrevistas

A pesquisa tem ocorrido em uma instituição escolar inclusiva, de uma cidade no interior do estado de São Paulo. A escola foi escolhida por apresentar em seu Projeto Político Pedagógico prevê o atendimento de crianças com deficiência em suas classes de aula regulares de ensino, sendo acompanhadas pelo serviço de atendimento psicológico e psicopedagógico, bem como monitores nos casos que exijam mais apoio individualizado. Além disso, seus professores têm formação especializada e cursos de formação e acompanhamento de orientação psicopedagógica para esses alunos.

Até o presente momento, foram convidadas para participar das entrevistas duas professoras, que têm experiência no trabalho de lecionar para alunos com deficiência – uma delas já lecionou por dois anos consecutivos para aluno com paralisia cerebral com uso de cadeira de rodas. A outra professora já lecionou para crianças com síndrome de Down. Todas as crianças frequentaram as classes regulares da escola.

As entrevistas foram feitas seguindo os critérios da história oral temática (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Dito isso destacamos que a criação dos documentos/narrativas – resultantes das entrevistas - é em si um ato de interpretação derivado de um encontro com o(s) entrevistado(s). As narrativas são resultados de uma interação, uma criação conjunta, desde o momento de sua gravação. “A narrativa é organizada por sua estrutura vocabular, a partir das palavras usadas; por sua situação social, a interação intersubjetiva estabelecida entre os presentes; e por performance, pois quem fala, fala para uma audiência e essa performance é parte integrante da narrativa”. (RIBEIRO, 2007, p. 216).

Os professores convidados para as entrevistas se mostraram experientes no que diz respeito ao trabalho com crianças com deficiência e conhecedores dos desafios de sua tarefa trabalham de forma integrada com a equipe gestora e pais desses alunos.

Mesmo assim, no primeiro momento, os professores que foram convidados e se mostraram receosos, havendo uma preocupação de serem avaliados. No entanto, após a explicação dos objetivos do projeto e sua intenção era colaborar com a prática docente, houve aceitação. Foram convidados quatro professores, sendo dois aceitaram prontamente. Quanto aos dois demais ainda aguardamos resposta de confirmação. Assim, no total a pesquisa entrevistará quatro professores que lecionam em classes regulares de ensino para alunos com deficiência, numa escola particular do ensino fundamental de 1º ao 5º ano.

A pesquisa baseou-se em entrevista em história oral para registro das impressões dos participantes como forma de analisar a construção dessas narrativas a cerca da concepção de deficiência na fase da infância que é um momento inicial da formação da identidade, e a partir dessa coleta tentar compreender quais são seus efeitos e como produzem e constituem os modos de ensinar as crianças com deficiência. Lembrando que a história oral envolve a "apreensão de narrativas feita por meio do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato". (MEIHY, 2002, p.13).

Os critérios adotados para escolha dos entrevistados foram os de organização de uma *comunidade de destino*, de uma *colônia* e de *rede*.

Entende-se por *comunidade de destino* o acervo de experiências, que motivaram as razões do envolvimento e pertencimento ao grupo, podendo ser compreendida como todos os que de alguma forma se sentem ligados às preocupações com uma educação ampla e democrática, que enfrente a questão do preconceito étnico de frente. É parte desse grande grupo funcionários, parceiros, educadores, ativistas de movimentos sociais, estudantes, que mantêm laços de afinidade e se encontram ligados a questão da deficiência e da inclusão de crianças com deficiência no universo escolar.

A *colônia*, por sua vez, é o grupo de onde pode emergir os entrevistados. No caso desse projeto é formada pelas pessoas que lecionam em classes escolares inclusivas. Entende-se que esses sujeitos, por serem cuidadores diretamente ligados ao cotidiano das crianças, têm papel fundamental da convivência, de formação e de formatação de modos de pensar e agir.

A *rede* de entrevistados é o grupo de pessoas formado por indicação dos colaboradores, serão estabelecidas no decorrer do trabalho, ou seja: os professores.

Para dar coesão ao conjunto de entrevistas que comporá esta pesquisa, elaboramos um roteiro amplo, mas composto por uma *pergunta de corte* que será responsável pelo entrelaçamento das narrativas, principalmente no que toca as bases familiares e institucionais que possibilitaram escolhas profissionais. A pergunta de corte é uma questão central, pela qual perpassarão todas as narrativas. Refere-se à comunidade de destino que marca a identidade do grupo analisado, de modo a permitir um entrecruzamento analítico posterior (MEIHY, 2005, p. 176).

Para a realização do trabalho de campo, iniciamos o contato com os professores entrevistados realizando uma conversa prévia, neste momento apresentamos, em linhas gerais, o projeto de pesquisa para os colaboradores. Foi neste encontro que pudemos esclarecer as intenções do projeto – explicando que não era nosso objetivo fazer uma avaliação dos procedimentos dos professores - elucidamos os procedimentos e a necessidade de utilização de gravador digital para o registro da entrevista.

A gravação da entrevista foi realizada com o consentimento de cada colaborador, e no caso deste projeto, fizemos entrevistas de história oral temática, mas sem abrir mão dos registros sobre a categoria profissional. Valorizamos a história de vida desses professores mesmo que a centralidade do projeto tenha envolvido as questões abordadas por eles com referência à deficiência.

Nas entrevistas não utilizamos um questionário fechado mais um roteiro de assuntos ou questões abertas para que dialogicamente possam ser abordadas as concepções sobre a deficiência na infância. Assim mais que buscar respostas a perguntas pré-estabelecidas, buscamos compreender procedimentos e crenças.

Trabalho de registro de áudio realizado será hora de iniciar o trabalho de texto que compreende a passagem do oral para a escrita. E em seguida a realização da conferência, momento em que, o pesquisador apresenta o texto editado ao colaborador, a fim de obter a autorização oficial para seu uso, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Por estar em contato com seres humanos, a pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa em Pesquisa Universitária de Taubaté (CEP-UNITAU), conforme resolução (nº 2012) que tem a finalidade maior defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Após sua aprovação, por meio de protocolo, foi solicitada a autorização dos gestores das escolas para se realizar as entrevistas.

O termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos sujeitos que aceitarem participar do estudo, lhes garante o sigilo de sua identidade, bem como assegura sua saída do presente estudo, se assim desejarem, a qualquer tempo. Sendo assim, o colaborador tem total liberdade de sugerir inclusões, exclusões e/ou modificações na entrevista, pois a partir dela se chegará à versão final do texto.

Em paralelo com a construção do corpus documental, estabelecemos uma nova fase de trabalho, não mais empírica, mas analítica, de reflexões teóricas sobre o material construído. Lembrando que a intenção central do presente estudo são as experiências de ordem objetiva e subjetiva, expressas por meio das narrativas das pessoas que vivenciaram cotidianamente o desafio da educação inclusiva.

Essas narrativas, como sabemos, são filtradas pela memória, pelas necessidades psicológicas do momento da entrevista e pelas avaliações posteriores dos fatos vivenciados no passado. Ou seja, sabemos que o que foi narrado não é exatamente o vivido. Mas compreendemos que a construção discursiva desses professores sobre seu trabalho junto a crianças com deficiência pode nos conduzir a reflexões e entendimentos importantes sobre as concepções de deficiência e condições de aprendizado de seus educandos.

A partir do entendimento de que ouvir a narrativa dos professores é fundamental, destacamos que as pessoas que foram entrevistadas nesse projeto são denominadas “colaboradoras” e percebidas como parte ativa na pesquisa e que constituem sua matéria. Os colaboradores têm dissertado o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal e coletiva, encadeado sua narrativa segundo própria vontade. As entrevistas têm sido fundamentais para ampliar o entendimento da deficiência no âmbito escolar.

Dito isso, pode-se concluir que o trabalho tem sido feito de forma colaborativa. De maneira que os que vivenciam o convívio cotidiano com o aprendizado de crianças com deficiência compartilham conosco suas histórias e, nós, como pesquisadores, registramos e formatamos esse material com as habilidades que nos são próprias, de forma negociada e responsável.

Primeiros apontamentos

A história oral tem se mostrado um instrumento eficiente para auxiliar a compreensão do universo da educação inclusiva. Em especial por descortinar um cotidiano relacionado à formação de pessoas que estiveram por muito tempo invisíveis para nossa sociedade: as crianças com deficiência.

Não é novo dizer que por muito tempo essas crianças foram escondidas e privadas de convívio social. As heranças de tal construção social, ainda estão presentes, e por isso se torna tão importante um olhar sobre a concepção de deficiência hoje. Neste sentido pode-se evocar para este trabalho um caráter, ao mesmo tempo, de compreensão e de denúncia.

Não são poucos os trabalhos, de história oral, que apontam seu caráter de denúncia por trazer à cena a contribuição daqueles que sempre estiveram excluídos (sendo reconhecida, por vezes, como a história dos oprimidos), contribuindo para com o processo de democratização da memória e da história. Nessa perspectiva, Thompson (1992) aponta que, além de se alterar a textura da história, também ocorrem alterações em seu conteúdo, propiciando mudanças no foco das leis, estatísticas, administradores e governos. Neste trabalho, pode-se dizer que não atentamos apenas para grupos que estiveram à margem ou escondidos de nossa sociedade, mas para um novo olhar, uma nova postura acerca do estudo das relações estabelecidas no cotidiano de ensino de crianças com deficiência.

Nas entrevistas aparecem concepções de professores sobre a deficiência na infância e será possível compreender, um pouco melhor, consequências desses discursos nos modos de orientar e ensinar crianças com deficiência, sob seus cuidados. No presente momento, estamos a partir da seleção de palavras chave identificando nas narrativas quais as construções discursivas e se há interação para legitimação da deficiência. Nossa percepção, ainda parcial aponta que tais professores ao denominarem deficiência de uma ou outra forma podem ao mesmo tempo estar criando as possibilidades e os impedimentos para o trabalho realmente inclusivo. Ou seja, as marcas da diferença na deficiência trazem um estigma que escondemos por trás das práticas ditas inclusivas.

O importante é notar que possibilidades e limites aparecem em uma mesma fala, de um mesmo professor mostrando a complexidade que será a análise de tais narrativas.

Outra discussão que estamos enfrentando refere-se quais são possíveis repercussões dessas concepções nos modos de ensinar as crianças com deficiência, quais sentidos atribuíram à deficiência. Nesta direção, nossa pesquisa pretende trazer discussões a cerca desse assunto e precisamos trazer à tona. Esperamos que os resultados possam contribuir para modos de compreensão da deficiência e ampliem a possibilidade de reflexão sobre a educação inclusiva.

Referências

BARNES, Colin; BARTON, Len; OLIVER, Mike (eds). **Disability studies today**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARTON, Len (ed.). **Discapacidad & sociedad**. Madrid: Morata, 1998.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 1991.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), 2007.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense. 2012.

FREITAS, Marcos César. **O aluno incluído na educação básica**. São Paulo: Cortez, 2013.

GADELHA, Crismeyre.; CRESPO, Ana Maria M.; e RIBEIRO, Suzana L. S. **Memórias da Luta: Protagonistas do AIPD**. In: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Memorial da Inclusão. (Org.). 30 Anos do AIPD. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 19-85.

GOFFMAN, Erving. **Identidade Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. São Paulo: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença a Perspectiva dos Estudos Culturais**. São Paulo: Vozes, 1988.

LANA, A. B. **História oral**: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. São Paulo: Xamã. 2010. pp. 33-47.

LIMA, E. A de; RIBEIRO, A. E. M.; VALIENGO, A. Criança, infância e teoria histórico-cultural: convite à reflexa. **Rev.Teor.Prátic.Educ.**, v. 15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2012.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. 4 e 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002 e 2005.

MEIHY, José Carlos S. B. e RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia Prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. 2006. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> >. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, M. **Una sociología de la discapacidad o una sociología discapacitada?** In: BARTON, L. (Org.). *Discapacidad y Sociedad*. Espanha: Moratas, 1998, p. 34-59.

OLIVEIRA, R. P. **O direito á educação**. In: *Gestão, financiamento e direito á educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.

RIBEIRO, J. C. C. **Significações na escola inclusiva**: um estudo sobre as concepções e práticas de professores envolvidos com a inclusão escolar. 187f. Tese [Doutorado]: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RIBEIRO, S. L. S. **Tramas e Traumas**: identidades em marcha. 189f. Tese [Doutorado]: DH/FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2007.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, nº 1, Janeiro-Abril. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p161>

SMOLKA, A. L. B. **Condições de desenvolvimento humano e de realização do trabalho na escola:** relações de ensino e coletivo de trabalho. Tese [Livre Docência]: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNESCO/Ministry of Education and Science (1994) **Final Report on the World Conference on Special Needs Education:** Access and Quality. Salamanca, Spain, 7-10 June, 1994.